

“HERDEIROS DA BRAVURA”: A [RE]INVENÇÃO DE CANUDOS E A LUTA DOS SOBREVIVENTES (1897-1947)

“HEIRS DA BRAVURA”: THE [RE]INVENTION OF STRAWS AND THE STRUGGLE OF SURVIVORS (1897-1947)

ANDERSON HENRIQUE FERREIRA MARINHO *

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a fundação do povoado de Canudos e a reconstrução da imagem dos sobreviventes do conflito contra o exército. Para isso iremos nos deter sobre dois documentos/fontes, a fim de compreender o que ocorreu em Belo Monte após o fatídico 5 de outubro de 1897, momento final do conflito entre o exército brasileiro e os homens e mulheres sertanejos que seguiam Antônio Conselheiro. Mobilizamos como fontes o Relatório do Comitê Patriótico da Bahia, que atuou em assistência às vítimas do conflito, e a reportagem da revista *O Cruzeiro*, publicada em 1947, que trata de Canudos 50 anos após o conflito. Buscamos a partir da análise dessas fontes compreender o que ocorreu com uma parcela dos habitantes de Belo Monte que sobreviveram aos ataques da 4ª expedição, assim como, entender o que forjou o povoado de Canudos, conhecido como lar dos sobreviventes e que hoje se encontra sob as águas do Rio Vaza Barris, represadas pelo Açude Cocorobó.

Palavras-chave: Canudos; Belo Monte; Sertão.

Abstract: The present work aims to analyze the foundation of the town of Canudos and the reconstruction of the image of the survivors of the conflict against the army. For this, we will focus on two documents/sources, in order to understand what happened in Belo Monte after the fateful October 5th, 1897, the final moment of the conflict between the Brazilian army and the men and women of the sertanejo who followed Antônio Conselheiro. We mobilized as sources the Report of the Patriotic Committee of Bahia, which provided assistance to the victims of the conflict, and the article in the magazine *O Cruzeiro*, published in 1947, which deals with “Canudos” after 50 years of conflict. Based on the analysis of these sources, we seek to understand what happened to a portion of the inhabitants of Belo Monte who survived the attacks of the 4th expedition, as well as to understand what forged the village of Canudos, known as the home of the survivors and which today is under the waters of the Vaza Barris river, dammed by the Cocorobó Dam.

Keywords: Straws; Belo Monte; Sertão.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, bolsista do programa FAPERJ Nota 10. (E-mail: anderson_marinho16@hotmail.com)

Introdução

- Se entrega, Corisco!
 - Eu não me entrego, não!
 Eu não sou passarinho
 Pra viver lá na prisão
 - Se entrega, Corisco!
 - Eu não me entrego, não!
 Não me entrego ao tenente
 Não me entrego ao capitão
 Eu me entrego só na morte
 De parabelo na mão
 - Se entrega, Corisco!
 - Eu não me entrego, não!
 (Mais forte são os poderes do povo!)¹

Entregar-se foi o que Belo Monte² não fez. Esses versos, popularizados por intermédio da obra *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, do cineasta Glauber Rocha, simbolizam muito mais do que uma mera canção, atribuída a um trecho de um filme: representam uma dentre muitas experiências políticas, sociais e culturais que tiveram lugar no sertão brasileiro³. Experiências essas que não podem ser circunscritas a apenas uma perspectiva ou temporalidade, pois formam um conjunto de vivências que são essencialmente plurais, até porque a personalidade à qual a música faz referência é o cangaceiro Corisco e não algum dos seguidores de Antônio Conselheiro ou ele mesmo. O sertão – semiárido – do que hoje conhecemos como Nordeste⁴ foi palco de uma série de experiências de bravura e violência. Contudo, iremos nos deter apenas sobre uma delas, a que ficou conhecida como “Canudos”⁵.

¹ Trecho da música de Sergio Ricardo presente no filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido por Glauber Rocha (1964).

² É importante frisar que, ao longo da pesquisa desenvolvida no mestrado, optei por fazer referência ao local onde viveu Antônio Conselheiro e seus seguidores entre os anos de 1893 e 1897 como “Belo Monte”, tendo em vista que foi o nome escolhido para batizar aquela comunidade e era usado por sua população. Assim como, quando a referência for ao recorte – temporal – clássico da guerra e a referências posteriores irei utilizar “Belo Monte/Canudos”

³ É importante ressaltar que a utilização do termo “sertão” no Brasil – ou na América Portuguesa – remonta ao período colonial. Nos últimos séculos e décadas esse termo foi utilizado com conotações diferentes, mas ao longo do século XX o Estado brasileiro, por meio de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), se apropriou dele no processo de divisão do território em regiões e sub-regiões. Então, segundo esses órgãos, o sertão, acrescido da caracterização do seu clima como “semiárido”, ou seja, o sertão semiárido é uma região que abrange os atuais estados nordestinos, com exceção do Maranhão, e uma parte do norte do estado de Minas Gerais. Compreendemos a historicidade do termo e optamos por apontar nossa escolha em relação a ele já no começo do texto. Para compreender melhor os usos e contextos da categoria sertão, ver: AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-152, jul. 1995.

⁴ É importante destacar que assim como o uso de sertão que mobilizamos foi construído pelo Estado, a partir de instituições como o IBGE, o conceito de Nordeste que temos hoje também nasce de uma divisão artificial construída pelo Estado brasileiro. Segundo o historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque Junior “o Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem”, ou seja, o Nordeste é uma construção humana permeada por relações de poder e fruto da existência do Estado brasileiro. Para compreender melhor essa questão ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Cortez Editora: São Paulo, 2011.

⁵ Não há um consenso quanto às origens e aos usos da palavra “Canudos” para nomear aquela localidade. O uso do termo “Canudos” aparece em alguns artigos e livros como fazendo referência à fazenda na qual o Antônio

Falar em Canudos passa necessariamente por Euclides da Cunha. Engenheiro militar, jornalista e escritor, ele imortalizou Canudos com a consagrada obra *Os Sertões: Campanha de Canudos*⁶. Ao longo da obra, Cunha tanto denunciou a ação das tropas do exército brasileiro quanto contribuiu para a formação de uma visão sobre aquele espaço e seus habitantes perpassada pela ideia de atraso e de singularidade do sertanejo, que seria expressão autêntica da nacionalidade. Cunha partilhava da concepção de que existiam raças biológicas e interpretou os homens e mulheres do sertão como uma raça diferente daquela a que ele mesmo pertencia, ou seja, ele via o Brasil como sendo constituído por diferentes raças e formado a partir do “cruzamento” entre raças, que ele chamava de “mestiçagem generalizada”⁷. Dentro dessa compreensão estava enraizada a ideia de que cada raça tinha determinadas aptidões dentro de uma hierarquia racial. Nessa hierarquia racial, os “mestiços” sertanejos ocupavam um lugar abaixo dos civilizados membros das elites citadinas, mas acima da população negra e pobre que vivia nas cidades do litoral, como a própria capital da república, o Rio de Janeiro.

É impossível falar de Belo Monte/Canudos sem falar de Euclides da Cunha, pois sua obra é incontornável. Entretanto, é necessário falar do tema para além de Euclides, o que o historiador José Calasans chamava de sair da “gaiola de ouro euclidiana”. Esse movimento começa por demarcar que “Canudos” existe a partir da compreensão de que o Estado e o exército tiveram a época⁸, em certa medida compartilhada por Euclides. Isto porque os homens e mulheres do sertão que não se viam como habitantes de “Canudos” e sim de Belo Monte.

Aquelas pessoas não compartilhavam da nomenclatura utilizada pelo Estado e reproduzida pela imprensa, assim como não se viam como fanáticos. O sociólogo Pierre Bourdieu interpreta que o processo que possibilita a compreensão do Estado ter ampla circulação e difusão faz parte da constituição do próprio Estado, segundo ele esses interesses particulares que trabalham numa lógica tal que vão conseguir essa espécie de alquimia que

Conselheiro e seus seguidores se instalaram; já em outros, tal referência aparece relacionada a uma planta típica da localidade, denominada “canudo-de-pito”. Acreditamos que essas duas interpretações se cruzam, tanto a fazenda tinha como nome Canudos, como esse nome foi utilizado para batizar a fazenda pelo fato de que naquela localidade existia uma grande quantidade da planta “canudo-de-pito”. Porém, com a chegada de Antônio Conselheiro e seus seguidores a localidade foi rebatizada como Belo Monte.

⁶ Publicada em 1902, como desdobramento e aprofundamento das reportagens feitas para o jornal *Estado de São Paulo*, essa obra lhe rendeu convites para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Larmert C., p. 616. Consultada a partir da terceira edição na base da Biblioteca Brasileira da USP, publicada em 1905, a última antes da morte do autor. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5351>. Acesso em: 16 jun. 2021.

⁸ Para o Estado e o Exército aquele lugar se chamava “Canudos”, pois a “cidade” de Antônio Conselheiro se localizava dentro dos limites de uma fazenda chamada “Canudos”, logo, se a “cidade” era parte da fazenda, era assim que devia ser intitulada, como “Canudos”.

transformará o particular em universal”⁹. É nesse processo de imposição—que o Estado possibilitou que a sua ótica particular, na qual Belo Monte era vista como Canudos e os conselheiristas como fanáticos, fosse difundida quase como universal.

Esse trabalho se centra sobre algumas fissuras na narrativa do Estado. Não na narrativa do Estado em si, mas de narrativas que são distintas da do Estado e por vezes opostas a esta. Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre Belo Monte/Canudos a partir da mobilização da ótica conselheirista, iremos abordar três momentos distintos da História de Belo Monte e de Canudos, que são: o pós-guerra; a fundação do povoado de Canudos e a visita do jornalista Odorico Tavares e do fotógrafo Pierre Verger.

Outros tempos: a Ferro e Fogo

É ampla a produção sobre a Guerra de Canudos, mas grande parte dessa produção se centra na guerra ou na trajetória de Antônio Conselheiro. Desde que começamos a pesquisar a temática compreendemos que outros momentos da história daquela localidade precisavam de visibilidade e necessitavam ser mais abordados em pesquisas acadêmicas¹⁰. Começamos pelo pós-guerra, um momento que mesmo próximo da existência do conflito—não foi ainda suficientemente abordado¹¹.

Após ter terminado o conflito, o Exército ordenou que tudo fosse destruído. A ordem era que fosse ateadado fogo na cidade. O fogo destruiu as casas feitas de taipa – barro e palha. A maior parte das estruturas de Belo Monte foi consumida pelas chamas, mas a igreja e o cruzeiro – feitos de alvenaria – resistiram, ficando em ruínas.¹² O ferro – das balas – e o fogo foram os elementos utilizados na primeira destruição¹³.

⁹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014, p. 85.

¹⁰ Para ficar apenas em três exemplos: retorno dos sobreviventes e fundação do povoado de Canudos na primeira década do século XX; impacto das obras contra as secas na composição da população do povoado; movimentos pelo resgate de Canudos e a visão militar sobre essa mobilização em torno do tema.

¹¹ No espaço de um artigo não é possível fazer uma análise substancial do pós-guerra, por isso faremos uma breve análise.

¹² Por meio de algumas obras, que ao mesmo tempo se constituem como fonte e historiografia, podemos compreender melhor o estado físico das construções de Belo Monte após a saída do exército. Listaremos as que foram imprescindíveis para a construção dessa análise, são elas: Cartas ao Barão, da historiadora Consuelo Novais Sampaio; Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, editada pela Portifolium, tendo à frente o pesquisador Antonio Olavo; Canudos cinquenta anos depois, do jornalista Odorico Tavares. Na obra de Sampaio é possível compreender a relação entre fazendeiros locais e as forças armadas, que por sua vez possibilitam a compreensão de que ao final do conflito o Exército, por meio das ordens do Ministro da Guerra, ordenou que fossem incendiadas as casas e dinamitada a cidade. Cruzando essa informação com o relatório de Lélis Piedade conseguimos entender que nem tudo virou cinza. Complementada com a descrição quase antropológica de Tavares é possível visualizar que aquilo que não foi consumido pela combustão do fogo virou espaço de contemplação da Belo Monte que havia sido queimada e quase completamente destruída pelo fogo.

¹³ Cerca de sete décadas depois foi a vez das águas do rio Vaza-Barris, represadas pelo Açude Cocorobó e que submergiram as ruínas de Belo Monte e o povoado de Canudos.

Quando o exército se retirou o cenário era desolador, eram milhares de corpos esturricados pelo sol e pelos incêndios e sob ataque de animais carniceiros. No final o que restou foi o cheiro e a lembrança da morte e o medo, que para a historiadora Consuelo Novais Sampaio pode ser compreendido como dual: ao mesmo tempo como “medo costumeiro”, aquele que seria característico das relações de subserviência entre sertanejos e fazendeiros, e o “medo construído”, fruto da narrativa que buscou fazer de Belo Monte um inimigo a ser destruído. Segundo Sampaio, o “medo construído” tinha características “patológicas”, visto que após o conflito havia receio de que “a comunidade de Canudos, tal qual uma fênix sertaneja, pudesse reviver das cinzas.”¹⁴. Contudo, esse medo de uma nova rebeldia sertaneja existia apenas como sentimento, como receio, mas o medo por parte dos conselheiristas se materializava em perseguições e mortes.¹⁵

O cenário do pós-guerra é descrito de forma contundente pela correspondente do jornal *A Gazeta de Notícias*, Fávila Nunes, na matéria de 8 de outubro de 1897:

Pretendo seguir hoje para Monte Santo, porque a permanência aqui é insuportável, em vista da situação de Canudos, transformado em vastíssimo cemitério com milhares de cadáveres sepultados, outros milhares apenas cobertos de terra e o pior de tudo, outros milhares insepultos. Não se pode dar um passo sem se tropeçar em uma perna, um braço, um crânio, um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres, aqui meio queimados, outro ali ainda fumaçando, outros adiante completamente putrefados, disformes, e no meio de tudo, o incêndio, uma atmosfera cálida e impregnada de miasmas pútridos. Por toda a parte o cheiro horripilante de carne humana assada nos braseiros das casas incendiadas, cinco mil e duzentas casas em labaredas.¹⁶

Esse cenário descrito por Nunes pode ser compreendido como a expressão do que Bourdieu intitula como violência física¹⁷. Foi por meio desse tipo de violência que o Estado se expressou em Belo Monte/Canudos pela primeira vez. Aquela comunidade havia se organizado de maneira autônoma em relação ao Estado brasileiro e a partir do enfrentamento com as expedições transformou sua autonomia em rebeldia. Nos tempos que se seguiram à guerra, a rebeldia deu lugar ao medo e à desconfiança, quando não à morte. Sobreviver ao conflito contra a quarta e última expedição não garantiu a vida daqueles que saíram de Belo Monte. Foram

¹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos: cartas para o Barão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 83.

¹⁵ Na introdução da segunda edição do relatório, o pesquisador Antonio Olavo descreve as perseguições que se deram contra os conselheiristas; segundo ele, muitos fugiram e ficaram anos escondidos “a espera de tempos melhores”. Ver: PIEDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Salvador: Portfolium Editora, 2002. p. 21-23.

¹⁶ *Ibidem*, p. 17.

¹⁷ Para Bourdieu, a violência física é constituída por elementos simbólicos e está imbrincada por um processo de autolegitimação. Por isso, está atrelada ao Estado, pois seria esse o “ente” que no seu processo de constituição e autolegitimação concentrou o aparato repressivo, que monopolizou a violência e a institucionalizou em um “corpo formado para esse fim”.

muitos os processos que possibilitaram que algumas pessoas tenham conseguido sobreviver, algumas pessoas saíram da cidade antes do exército conseguir controlá-la totalmente¹⁸, enquanto outras se renderam e tiveram a vida preservada.¹⁹

Quando nos debruçamos sobre as fotografias do fotógrafo baiano Flávio de Barros, podemos compreender um pouco sobre as pessoas que se renderam. Essas fotografias são documentos históricos importantes. Para o historiador Sergio Guerra, as fotografias são importantes porque “através dos diversos suportes da comunicação, [podemos] criar outras possibilidades de escuta para as possíveis falas desses sujeitos até recentemente ocultos”²⁰. Com elas é possível compreender por exemplo que, uma parcela do total dos sujeitos que se renderam foi encaminhada viva para Salvador, já uma outra parte foi assassinada ainda na localidade. Essa compreensão é possível a partir do cruzamento dessa fonte imagética, fotografia de Barros, com os registros sobre a degola. É possível notar a presença de alguns prisioneiros homens em um plano mais ao fundo da fotografia de Barros, intitulada “400 jagunços prisioneiros”, porém, a grande maioria dos homens que se renderam ou foram capturados teve como “pena” extraoficial a “gravata vermelha”²¹. Partindo desse cotejamento é possível afirmar que a grande maioria dos que foram feitos prisioneiros e sobreviveram era composta por mulheres e crianças.

¹⁸ TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993. p. 40.

¹⁹ Aqui mais uma vez, é a partir do cruzamento das fontes que foi possível chegar à conclusão da existência dos sobreviventes e o que possibilitou que suas vidas tenham sido “preservadas”. Para não me alongar sobre as fontes, tendo em vista que algumas delas foram mencionadas e interpretadas ao longo do texto, poderia citar que nas fontes produzidas por Odorico Tavares e Flávio de Barros foi possível compreender a existência e o destino de parte dos sobreviventes.

²⁰ PIEDADE, *op. cit.*, p. 38.

²¹ Na Campanha de Canudos o que ficou conhecido como “gravata vermelha” foi o processo de degola, levado a cabo contra prisioneiros homens, que pereceram no conflito, seja após a captura ou a rendição.



Foto: Flávio de Barros (1897).

Fonte: Museu da República.

Legenda: “400 jagunços prisioneiros”.

Mesmo que essa fotografia tenha sido feita quando ainda havia dentro de Belo Monte pessoas combatendo as tropas do exército, ela carrega a historicidade do pós-guerra. Já que permite compreender que a vida dos homens presentes nela não foi preservada e que há sobreviventes do conflito que se renderam: ou seja, ela nos permite compreender os momentos finais de Belo Monte, que sequer foram vistos por Euclides. As fotografias de Barros possibilitam dar alguns passos no cenário final do conflito e permitem ter uma base para compreender a existência de sobreviventes. Ir além da destruição, entender além da guerra é tarefa crucial na ampliação das múltiplas temporalidades que envolvem Belo Monte e Canudos. Segundo o cineasta e pesquisador da temática de Canudos, Antônio Olavo, há uma visão a ser superada, visão essa centrada no fato que “Os historiadores todos se fascinaram nessa tragédia final, nesse massacre final, nessa destruição. E aí, alimentando uma coisa que se transformou num mito que era: a destruição total, absoluta, com a morte da população toda de Canudos.”²². O que Olavo afirma permite refletir sobre dois aspectos: não são todos os pesquisadores que relegam Canudos apenas a guerra; mas que há uma primazia em relação a guerra e que ela fomenta a cristalização do tema.

²² PIEDADE, *op. cit.*, p. 19.

Outros tempos: Comitê Patriótico no Sertão

A ideia de intitular esse artigo como “Herdeiros da Bravura” surgiu a partir de uma releitura do livro “Canudos: cinquenta anos depois”, do jornalista Odorico Tavares, que iremos analisar mais à frente. O uso dessa expressão é uma alusão a população sertaneja de Belo Monte, que enfrentou quatro expedições militares e na sua rebeldia evidenciou uma bravura. Essa mesma população forjou um elo que vai além da guerra, pois, mesmo após o final do conflito a experiência vivida naquele espaço deixou seus rastros. Essa experiência pode ser notada no tempo presente como um traço da identidade conselheirista dos descendentes – herdeiros – de homens e mulheres que foram bravos na defesa do seu lar. É a essas pessoas, a população do sertão de Canudos²³, que Odorico Tavares chamou de “herdeiros da bravura” e que no presente podemos chamar de conselheiristas.

Essa bravura e as muitas mazelas que a envolvem fizeram com que um comitê²⁴ que em princípio foi criado para prestar assistência aos militares e suas famílias passasse a dar assistência também aos sertanejos. Ao longo do tempo em que o comitê funcionou, ele prestou socorro e assistência aos “conselheiristas” e aos militares, em um cenário em que imperava o medo, a solidão e a morte. Caso houvesse fotógrafos naquelas terras quentes do sertão seria isso que suas lentes iriam registrar, se assim as imagens conseguissem captar. Isso porque a morte passou a ser uma constante nos tempos que se seguiram. Ela já havia se materializado para aqueles que morreram durante o conflito, para essas pessoas a morte já tinha realizado a sua “missão”, mas para os sobreviventes ela também se fazia presente, isto porque, segundo relatórios e cartas do comitê, os conselheiristas ou as pessoas que fossem identificadas sob essa marca foram constantemente perseguidas e assassinadas a mando de alguns fazendeiros da região, como argumenta Antonio Olavo no trecho introdutório da edição:

Estigmatizados como “jagunços”, os sobreviventes foram abertamente perseguidos e perambularam, clandestinos, pelos pequenos povoados nordestinos onde não fossem reconhecidos ou se refugiaram nos abrigos naturais, à espera de tempos melhores para

²³ Segundo o historiador Wálney da Costa Oliveira, em dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, a região de Canudos seria “aquela região onde possam se verificar indícios do desdobramento da experiência de Canudos”. Porém, compreendo que a concepção de Oliveira é muito abrangente, abarcando inclusive lugares em outros estados em que a presença de militares ou sertanejos que viveram ou combateram Belo Monte, faria desses lugares ser um pouco Canudos. Ao fazer referência à localidade de Belo Monte e seu entorno, opto por utilizar a expressão “sertão de Canudos” e não “região de Canudos”, como o faz Oliveira. Sertão de Canudos compreende o local onde foi fundada e construída Belo Monte, tanto sua área urbana, como sua área rural, assim como o seu entorno, sejam os locais onde ocorreram os conflitos com as forças da polícia baiana e o Exército, sem a área com a qual viviam os conselheiristas após 1909. Na prática, o sertão de Canudos corresponde aos atuais municípios de Canudos, Uauá, Monte Santo.

²⁴ Nomeado como “Comitê Patriótico da Bahia”, instituído no dia 28 de julho de 1897 e encerrado em 24 de março de 1898, esse comitê teve a participação de indivíduos da sociedade civil baiana e suas atividades foram comandadas pelo farmacêutico Amaro Lélis Piedade. O relatório do comitê foi publicado pela primeira vez no ano de 1901 e reeditado em 2002, a partir da iniciativa do pesquisador Antonio Olavo.

retornar às suas comunidades de origem. Dispersos e com suas famílias fragmentadas, sofreram ameaças de morte, muitas delas concretizadas.²⁵

Segundo ele, o comitê que foi inicialmente criado para dar auxílio aos soldados feridos e seus familiares começou gradativamente a se preocupar com os conselheiristas que precisavam de apoio médico, sobretudo as crianças. Finalizado o conflito, a atenção do comitê já era dirigida para os dois lados e em novembro de 1897 o dirigente do comitê já demonstrava apreensão frente aos relatos de perseguição, pois tinha

em seu poder um pedido de sertanejos para advogar a causa de muitos indivíduos, que estão ilegalmente sendo perseguidos por suspeitos de conselheiristas. Disto ocupar-se-á com o governo; mar roga ao Comitê de continuar a sua obra de salvar mulheres e crianças, distribuídas como se animais fossem.²⁶

O relato de Nunes e o relatório do comitê possibilitam compreender que sobreviver ao conflito significou apenas uma etapa na luta pela vida, travada pelas parcelas pobres da população sertaneja. Segundo Sampaio, no momento seguinte ao fim do conflito, um dos fazendeiros da região esperava que o “fim” dado aos prisioneiros homens se estendesse para todas as pessoas sob o poder do exército: em uma carta de 15 de outubro de 1897 ele expressa que “houve para mais de duzentos degolados de dois para três dias seguindo assim, e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo, seguindo para a Bahia para dar maior dispêndio ao Estado!! Que deveria era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal”²⁷. A partir desse trecho podemos compreender que a marca conselheirista já podia ser vislumbrada ainda com a presença das tropas na Bahia, a partir dessa demanda de que “deveria era tudo ser degolado”.

Contudo, se passamos a análise da mobilização do Estado – a partir de seu centro político no Rio de Janeiro – o episódio estava encerrado pouco tempo após a tomada e destruição de Belo Monte. A guerra foi objeto de atenção durante quase toda a terceira e quarta expedição, porém, aos poucos outras demandas passam a captar essa atenção²⁸. Com esse deslocamento da atenção, a população do sertão passou a viver sob o medo das perserquições dos fazendeiros. Entretanto, a perseguição não foi o único traço da relação entre conselheiristas e fazendeiros, havia também casos em que a proteção de alguns fazendeiros era essencial para salvaguardar conselheiristas das intimidações e perseguições daqueles que temiam o retorno da “fênix” sertaneja.

²⁵ PIEDADE, *op. cit.*, p. 21.

²⁶ PIEDADE, *op. cit.*, p. 17.

²⁷ SAMPAIO, *op. cit.*, p. 74.

²⁸ Segundo Sampaio, após a guerra as atenções são redirecionadas para a convenção do Partido Republicano Federal (PRF).

Após a guerra imperou no sertão de Canudos um quadro em que a presença do Estado era diminuta. Como já pontuado, nas semanas e meses seguintes a temática dos sertões foi desaparecendo do debate público. A rápida saída do Estado do sertão de Canudos aponta para uma negligência para com o cenário em que ocorreu a guerra, podendo-se destacar três elementos desse quadro: o quadro sanitário instalado a partir do abandono dos corpos, que já se desintegravam sobre o solo nas altas temperaturas do sertão, sem que ocorresse nenhuma ação por parte do Estado para o sepultamento, ficando a cargo dos próprios indivíduos da região e até mesmo de fazendeiros²⁹; o quadro das perseguições aos sobreviventes, que só irá mudar a partir de um “salvo conduto”³⁰ cinco anos mais tarde; e o posicionamento do Senador Rui Barbosa em defesa dos sertanejos, que porém nunca chegou a ser realizado na tribuna do Senado, aparentando não ter mais relevância frente as novas demandas e embates políticos que surgiam. O *habeas-corpus* que Barbosa escreveu em defesa dos que morreram e da situação dos sobreviventes jamais saiu da gaveta de sua escrivaninha. E a tribuna jamais ouviu tais palavras:

Os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas cadeiras, não se vêem, não se ouvem, se sentem, como que se palpam. Vêm das caatingas do norte, dos campos devastados da guerra, das ruínas lavradas pelo fogo, dos destroços do petróleo e da dinamite; são desarmados, mulheres e crianças; mostram no colo o sulco da gravata sinistra; mutilados, eviscerados, carbonizados, estão dizendo: Falai por nós, legisladores brasileiros, que falais por vossas almas, por vossos filhos...³¹

Compreender essas camadas da história de Belo Monte/Canudos passa necessariamente por ouvir os oprimidos na história, aqueles que por muito tempo não foram considerados como agentes históricos e tiveram suas vidas e experiências colocadas à margem da produção historiográfica. Nesse sentido, uma análise mais abrangente da temática de Canudos passa por considerar os “conselheiristas” como agentes. Para entendermos as perseguições da qual foram alvo e o “salvo conduto” recorreremos ao depoimento do Sr. Ioiô Siqueira (contemporâneo aos sobreviventes), dado aos pesquisadores Antonio Olavo e Lúcia Mascarenhas em 10 de novembro de 1996:

No começo começaram a perseguir, compreendeu? Mas, depois, no governo que não sei se foi Manuel Ferraz... ou Campos Sales... [Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente entre 1898 e 1902], que deu a alforria, eu sei que saiu Prudente de Moraes, saiu Prudente de Moraes e entrou logo outro e deu essa alforria. (...) A alforria foi o seguinte... que todos os combatentes de Canudos que se arretiraram eles são beneficiados... tava livre... (...) Anistia, todos anistiados... o coronel Zé Américo que

²⁹ Segundo o depoimento de Francisca Guilhermina dos Santos ao jornalista Odorico Tavares, quem cuidou do sepultamento de algumas pessoas foi “Ângelo dos Reis, um fazendeiro daqui de perto, veio com 20 homens, reunir cadáveres, para enterrar.” p. 40.

³⁰ PIEDADE, *op. cit.* p. 22.

³¹ PIEDADE, Lélis. apud (obras completas de Rui Barbosa, V. 24, t. 1, 1897, p. 299-309) sob o título O Partido Republicano Conservador – Discursos Parlamentares, edição de 1952.

perseguiu muito..., ali tinham jagunço que vinha e se escondia..., então veio a ordem para ele não ofender mais os jagunços... aqueles que se arretiraram de Canudos. (...) Essa alforria foi depois de uns três anos ou mais ou menos [...] correu o boato que tava perseguindo porque era de Canudos e tavam fazendo e acontecendo isso, foi por intermédio de algum jornalista, outras pessoas que se interessava né e chegava aos ouvidos do Ministro, então ele baixou um decreto de alforria dano a todos os combatentes de Canudos que não tinha que ninguém prender e a justiça não tinha nada com isso, aí ficou...³²

Quando busca-se refletir sobre o porquê um ato do Estado – como o “salvo conduto” – acaba por gerar uma modificação nas tensões políticas e sociais em vigor no sertão de Canudos, retornamos à universalização do particular da qual fala Bourdieu. Ele argumenta que o Estado carrega um discurso universal e que sua ação acaba por impactar na sociedade, pois o Estado teria legitimidade para normalizar a sociedade e o espaço. A ação do Estado não acabou totalmente com as perseguições, mas retirou parte da legitimidade dos fazendeiros que perseguiram os sobreviventes.

Canudos outra vez

Com a diminuição das perseguições, a possibilidade do espaço onde era Belo Monte voltar a ser ocupada passa a ser uma realidade. Parte dos sobreviventes que visitava a “cidade” do Bom Jesus “às escondidas” começa a se estabelecer no local e aos poucos vão surgindo novas edificações. Uma parte expressiva das milhares de pessoas que seguiram Conselheiro até a região e com ele se estabeleceram era proveniente de lugares distintos do sertão, possivelmente, até de fora dele. Nesse sentido, os sobreviventes que se estabeleceram e que refundaram o povoado, agora batizado como Canudos, não haviam nascido na região, mas a escolheram para viver.

Na história de Canudos existem pontos que concentram informações conflitantes, e a fundação ou refundação do povoado é um deles, pois existem referências tanto à data de 1902³³, ano que é dado o “salvo conduto”³⁴ aos “conselheiristas”, como ao ano de 1909³⁵. Utilizando como referências depoimentos de sobreviventes dados a jornalistas, é possível considerar o ano de 1909 como a data mais provável para a retomada da ocupação do sertão de Canudos.

³² PIEDADE, Lélis. *Op. cit.* p. 23.

³³ Segundo Sampaio o povoado teria surgido em 1902, porém, como afirma a própria autora, isso é apenas uma especulação, conforme o trecho a seguir: “Não conheço estudo que acompanhe o renascer de Canudos das cinzas deixadas pelo incêndio da expedição Artur Oscar. Sabe-se que em 1902 o arraial já estava em processo de recuperação. Aos poucos, os sertanejos foram retornando e levantando suas casas de barro batido.”. Para mais informações ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 83

³⁴ A ideia de “salvo conduto” está ligada a uma suposta recomendação do Estado para que as perseguições aos sobreviventes que viviam no sertão fossem abandonadas, seria uma espécie de “anistia” aos conselheiristas.

³⁵ TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993, p. 32.

Um dos sobreviventes, o Sr. Manoel Ciriaco fala que: “[...] Acabou-se Canudos e durante uns dez anos, só se vinha aqui de passagem. Casa nenhuma até 1909. E o pessoal que se salvou morava pelas fazendas [...]”³⁶. Esse e outros depoimentos foram dados ao jornalista Odorico Tavares, que em 1946 visitou a região junto com o fotógrafo Pierre Verger a serviço da revista *O Cruzeiro*³⁷.

O pesquisador Luiz Paulo Neiva ao citar Edivaldo Boaventura menciona que “Pouco a pouco, dos escombros, juntaram-se as pedras, na proporção que iam retornando os seus habitantes. E assim surgiu a segunda Canudos”³⁸. Neiva ao mencionar Eldon Canário possibilita ainda compreender um pouco mais da constituição do povoado. Segundo ele “Canário (1996) ressalta que os remanescentes que voltaram ao local, algum tempo após o final da guerra, construíram no local uma nova cidade, tendo à frente as famílias Ciriaco, Guerra, Régis, Pedrão e Canário.”³⁹. Nesse trecho é possível compreender a composição do povoado. Dentre as famílias mencionadas, os Canário – da qual o próprio Eldon faz parte, tendo nascido no povoado na década de 1940 – é provavelmente a única que não havia vivido em Belo Monte.

As poucas menções ao povoado antes da reportagem de Tavares e Verger nos permitem compreender apenas que ele era um pequeno povoado erguido às margens do rio Vaza-Barris e das ruínas de Belo Monte. Segundo os historiadores Renato Ferraz, José Carlos Pinheiro e Manoel Neto,

Volvidos uns bons anos, vão reaparecendo os antigos de mistura com os novos moradores. Ninguém mais chama aquele local de Belo Monte e sim Canudos. Com as pedras e os escombros que ficaram são reerguidas a igreja de Santo Antonio e umas sessenta casas, capitaneadas pelo sobrado de altas portas e muitas janelas de frente. A única praça dava origem às segundas-feiras, dia de maior movimentação dos residentes e das gentes dos arredores. Afora isso, nada alterava os dias que passavam lentos e iguais naqueles sertões ínvios e, ao parecer, **esquecido mesmo de Deus**. [Grifo nosso]⁴⁰

O pesquisador Antonio Olavo descreve que “[...] Canudos não é ‘exemplo único em toda a história’ como escreveu Euclides da Cunha [...]”⁴¹. Recorro a citação de Olavo para levantar alguns questionamentos a partir do trecho destacado da citação acima. É comum nos relatos ou trabalhos que tratem de Canudos ao longo do século XX, sobretudo, no longo período

³⁶ *Ibidem*, p. 48.

³⁷ *O Cruzeiro*, 19 jul. 1947. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=Canudos>. Acesso em: 14 out 2018.

³⁸ NEIVA, Luiz Paulo. **Canudos: uma nova batalha**. Salvador: EDUNEB, 2017, p. 31.

³⁹ *Ibidem*, p. 31.

⁴⁰ FERRAZ, Renato. PINHEIRO, José Carlos. NETO, Manoel. **Cartilha Histórica de Canudos**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1991, p. 56.

⁴¹ PIEDADE, *op. cit.*, p. 14.

que vai da fundação aos centenários de 1993 e 1997, a ideia de que aquele espaço estava parado no tempo, que ali não existia vida ou que fora esquecido pelo progresso. Esses relatos vão de encontro a algumas perspectivas que tratam os sertões como espaços dessolados, esquecidos e incivilizados. Há de se perguntar se Deus estava ausente somente de Canudos? Ao fazer essa pergunta a complementamos com outra:—por que Deus estaria ausente de Canudos? Não pretendemos responder a esses dois questionamentos, lançamos mão deles apenas para refletir sobre a ideia de que Canudos estaria esquecida. Essa ideia vem da concepção de que o outro, o visitante de Canudos, vem do espaço civilizado, onde o tempo “anda” em oposição ao povoado onde o tempo está “parado”. Porém, compreender a historicidade da “nova” Canudos, fundada pelos sobreviventes, passa por entender que um povoado, vilarejo ou cidade não depende de validação exterior para que ali exista historicidade e vida. Nas obras de Eldon Canário podemos constatar isso.⁴²

Pelas lentes do Verger, sob a interpretação de Tavares

Cabe ressaltar que da fundação de Canudos pelos sobreviventes na primeira década do século XX até a visita de Odorico Tavares e Pierre Verger se passaram mais de três décadas. Contudo, no espaço desse artigo seria demasiadamente complexo abordar essas décadas a partir dos documentos levantados ao longo da pesquisa de mestrado e por meio do debate historiográfico sobre o tema. Isto porque a produção sobre Canudos ao longo do século XX ainda é pouco expressiva e preencher a lacuna das décadas que vão de 1910 até praticamente a década de 1950 demandaria não apenas o espaço de um artigo, mas uma pesquisa de mais fôlego, como uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Por isso, há um lapso temporal expressivo na abordagem do artigo, porque as fontes e o debate sobre esse período ainda carecem de pesquisas e de produção historiográfica.

Contudo, podemos apontar alguns aspectos da história de Canudos nas décadas que se seguiram à [re]fundação. O povoado de Canudos – pertencente primeiro ao município de Monte Santo, na década de 1930 transformado em distrito do município de Cumbe (rebatizado em 1938 de Euclides da Cunha)⁴³ – foi habitado por famílias que viveram em Belo Monte e algumas que se dirigiram à localidade apenas nesse segundo momento. Enquanto um pequeno povoado sertanejo, Canudos passou a contar nessas décadas com um posto pluviométrico da Inspetoria

⁴² Cito especialmente o livro “Memórias de Canudos”, que o autor dedica a “todos que nasceram e viveram em Canudos”.

⁴³ Segundo o IBGE Cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/canudos/historico>. Acesso em: 06 out. 2021.

de Obras Contra as Secas (IOCS) e posteriormente com um escritório do mesmo órgão – rebatizado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) –, quando da construção das rodovias Transnordestina e da Aracaju-Juazeiro.

Contudo, Canudos voltou a ter atenção da imprensa e de pesquisadores a partir da visita do jornalista Odorico Tavares e do fotógrafo Pierre Verger, que estiveram no povoado de Canudos em 1946 para produzir a reportagem que seria veiculada na revista *O Cruzeiro* em 1947, tendo em vista que naquele ano se completariam 50 anos do fim da guerra. Na viagem de campo feita a Bahia no ano de 2019 foi realizada uma breve pesquisa na Fundação Pierre Verger, localizada em Salvador. Nessa pesquisa foram analisadas as fotografias feitas por Verger em 1946 no povoado de Canudos. De um total de 67 negativos registrados pelo fotógrafo, 31 estão presentes na reportagem publicada pela revista. A análise dessas fotografias nos ajudam a compreender a estrutura do povoado e sua dimensão, assim como possibilitam conhecer a sua gente. Na imagem a seguir, podemos observar que o povoado na época da visita de Verger e Tavares era de pequenas dimensões. Na fotografia podemos notar também a presença de uma igreja. O historiador Antonio Fernando de Araújo Sá analisa que

Na caatinga, entre pedras e espinhos, o sertanejo segue reinventando a vida e a memória nos caminhos abertos pelos antigos moradores de Canudos, que reconstruíram a cidade por volta de 1909, destacando-se a igreja de Santo Antônio como referência fundamental da comunidade sertaneja, ordenando o traçado urbano do diminuto conjunto de casas⁴⁴.

⁴⁴ DE ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. O SERTÃO DE PIERRE VERGER. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 40, 2010, p. 378.



Foto: Pierre Verger (1946).

Fonte: Fundação Pierre Verger.

Essa fotografia de Verger e as demais nos possibilitam compreender determinados aspectos do povoado. Em uma outra fotografia é possível compreender que o povoado provavelmente contava com eletrificação, provavelmente instalada para garantir as atividades do escritório do DNOCS que funcionava ali.

Quanto aos escritos de Tavares, eles viraram o livro “Canudos: cinquenta anos depois (1947)”. Essa obra é um apanhado do que Tavares conheceu e pesquisou para a reportagem de 1947. A partir dela podemos compreender alguns aspectos da vida no povoado de Canudos. Tavares teve a oportunidade de, na visita a Canudos, entrevistar parte dos sobreviventes de Belo Monte. Dentre as pessoas que o jornalista entrevistou destacamos algumas falas que nos permitem compreender a visão dos conselheiristas, sobretudo, em relação a Belo Monte e Antônio Conselheiro, mas não somente. No trecho em que expõe a fala de Maria Avelina da Silva, Tavares começa por traçar um quadro geral no qual Maria Avelina se insere

Entre os sobreviventes de Canudos, pode haver maior ou menor reserva sôbre Antônio Conselheiro; mas depois de cinquenta anos, não há opinião em contrário: “O Bom

Jesus foi um homem santo que somente aconselhava para o bem”.

– Nunca fêz mal a ninguém”, diz-nos Maria Avelina da Silva, no seu mutismo, na gravidade dos seus setenta anos. É uma fisionomia impressionante a sua. O olhar como que fixando através do tempo, como si se não interessasse pelas coisas reais. Seu rosto é um verdadeiro labirinto de rugas, de muita vida vivida, através de todos os horrores que o sertanejo conhece.

Há na visão de Tavares um misto de concepções. Podemos dizer que ao mesmo tempo em que nutre uma certa admiração por aqueles “homens simples e heróicos”⁴⁵, os descreve como repletos de ódio. Para ele, essas pessoas seriam como quem tem “corações onde fremiram o demônio do ódio[...]”⁴⁶. É possível ainda a partir da reportagem e do livro de Tavares, compreender a expressão das memórias sobre a guerra e sobre o Conselheiro. Nas falas de Maria Avelina podemos encontrar os ecos de memórias traumáticas, como no trecho a seguir

– Para que adianta estar falando nessas coisas? Já passou. Estou velha e quero morrer em paz”.

- E o Conselheiro?

– Também morreu, deixe êle em paz. Por êle, não havia mal no mundo. Perseguram êle aí a desgraça que aconteceu. Moço, não adianta estar mexendo nessas com essas coisas.⁴⁷

É possível vislumbrar essas memórias traumáticas também na fala de Idalina Maria da Conceição.

- “Já estou velha não posso dizer mais nada não. Quero lá saber daqueles tempos, onde sofri um bocado?...”

Idalina vive cercada de sua família, de filhos e netos. ⁴⁸

Para compreender essas falas sobre um passado difícil mobilizamos as contribuições do sociólogo austríaco Michael Pollak sobre a memória e a dor das lembranças. Como nos explica o sociólogo “[...] o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”⁴⁹. A reportagem de Tavares e Verger é até o presente momento da pesquisa compreendida como a primeira vez no século XX em que a temática de Canudos volta a ter destaque nacional. Nesse sentido, é ainda em um ambiente de desconfiança que o fotógrafo e o jornalista realizam as entrevistas e observações em Canudos. Além disso existem outros motivos para essas memórias estarem permeadas pela dor, que Pollak compreende como que “a essas razões políticas do esquecimento, acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das

⁴⁵ TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993, p. 26.

⁴⁶ TAVARES, *op. cit.*, p. 52.

⁴⁷ TAVARES, *op. cit.*, p. 40.

⁴⁸ TAVARES, *op. cit.*, p. 50.

⁴⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 6.

feridas dos pais”⁵⁰.

Ao analisar esses trechos podemos compreender algumas questões, a primeira é que as memórias acerca de Belo Monte e de Antônio Conselheiro são permeadas pela dor. Podemos entender também que a forma como essa memória se expressa pode ser diferente, a depender do seu interlocutor. Mobilizar as contribuições de Pollak é fundamental para essa análise, pois é a partir delas que podemos entender que essas memórias traumáticas existiam de maneira subterrânea e sua expressão muda de acordo com quem as ouve, isso porque, passados cerca de 50 anos do fim de Belo Monte, ainda não havia um ambiente que proporcionasse a expressão segura das memórias dos sobreviventes, dos conselheiristas.

Um outro dado que podemos retirar dessa reportagem é a presença de sobreviventes na região. Esse parece ser um dado de pouca relevância, mas consideramos que é importante destacar que os homens e mulheres sertanejos que habitaram o povoado de Canudos, hoje conhecida como Segunda Canudos⁵¹, tinham origens diversas. Entendemos que é importante destacar essa dinâmica, visto que as pessoas que migraram para Belo Monte e que após o massacre escolhem permanecer na região, o fazem pela importância que dão ao tempo em que vivenciaram a experiência conselheirista, pois a maior parte das pessoas que viveram com o Conselheiro não tinham origem próxima da localidade.

A reportagem realizada por Tavares teve algumas repercussões, era uma das primeiras reportagens – provavelmente a primeira – que trazia a perspectiva conselheirista sobre o massacre contra Belo Monte. A partir dessa reportagem o historiador José Calazans despertou um interesse por conhecer a localidade e entender as narrativas dos conselheiristas remanescentes⁵². Essa reportagem impactou na construção de uma outra maneira de compreender aquele espaço e sua gente; esse impacto se deu pelas fotografias Verger, recém desembarcado no Brasil, e pela presença da narrativa dos sobreviventes no cenário público, mesmo que timidamente. Essas fotografias nos possibilitam o uso como fonte imagética. Esses aspectos, a atração de Calazans para a região e o início de suas pesquisas sobre Canudos e a reportagem de Tavares e Verger são partes importantes para compreender Canudos na década de 1940 e nas décadas seguintes⁵³.

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ O povoado de Canudos por vezes é chamado de “Segunda Canudos” devido a sua submersão pelo represamento das águas do rio Vaza Barris, com a construção do Açude Cocorobó. Tendo em vista que no tempo presente o município de Canudos, localizado no noroeste baiano, não corresponde a Belo Monte histórica e nem ao povoado dos sobreviventes. Nessa lógica, Belo Monte foi a “Primeira Canudos”, povoado foi a “Segunda Canudos” e o atual município de Canudos é a “Terceira Canudos”.

⁵² Cadernos UFS. História / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Documentação e Pesquisa Histórica. Vol. 1. n. 1 (1995) – São Cristóvão: EDUFS, 1995, p. 10.

⁵³ Para uma compreensão mais detalhada sobre esses aspectos, ver o artigo “O Sertão de Pierre Verger”, do

Considerações finais

A destruição pelo ferro e pelo fogo não foi capaz de aniquilar Belo Monte e nem mesmo seus habitantes. Mesmo diante de recorrentes perseguições, alguns homens e mulheres sertanejos que sobreviveram ao massacre retornam à localidade e ali [re]fundam o povoado de Canudos. A bravura dos homens e mulheres do sertão está em combater e sobreviver às investidas do exército, às perseguições dos coronéis e ao “esquecimento”. Canudos renasceu em 1909 pelas mãos dos sobreviventes e por mais de cinquenta anos seus habitantes seguiram uma vida pacata no sertão, mesmo tendo o fantasma da guerra os rondando e sendo assombrados por um novo, a seca. Canudos seguiu com sua feira, as belas casas do pessoal do “combate às secas” e suas festas. Belo Monte e Canudos proporcionam uma compreensão melhor de como o Estado brasileiro atua nos vários sertões, sejam eles do semiárido nordestino ou outras regiões do país.

Passadas quase cinco décadas, o sertão de Canudos não deixou de ter alguma forma de presença do Estado, haja vista, que desde a década de 1910 a região contava com uma estação pluviométrica do DNOCS – à época chamado IOCS. Nesse sentido, mesmo antes da reportagem de Tavares e Verger, o sertão de Canudos já contava com a presença do Estado. Entretanto, as informações sobre a atuação do Estado na região são escassas e somente com a reportagem publicada na revista *O Cruzeiro* em 1947 foi possível compreender a dinâmica de vida dos sobreviventes e começar a conhecer a perspectiva conselheirista sobre Antônio Conselheiro e a experiência em Belo Monte.

Referências

Fontes

Fundação Pierre Verger. Negativos produzidos pelo fotógrafo Pierre Verger para a revista *O Cruzeiro* em viagem realizada a Canudos em 1946. Fundação localizada na cidade de Salvador/BA.

Museu da República. Fotografias produzidas pelo fotógrafo Flávio de Barros cedidas em formato digital. Museu localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

PIEIDADE, Lélis. Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901. Salvador: Portfolium Editora, 2002.

TAVARES, Odorico. Canudos: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Cortez

historiador e professor da Universidade Federal de Sergipe Antônio Fernando de Araújo Sá. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/6136>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Editora. São Paulo, 2011

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. 11 reimp. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2016.

DE ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. O SERTÃO DE PIERRE VERGER. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 40, 2010.

FERRAZ, Renato. PINHEIRO, José Carlos. NETO, Manoel. **Cartilha Histórica de Canudos**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1991.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Fontes Históricas. São Paulo, p.111-153, 2005.

NEIVA, Luiz Paulo. **Canudos: uma nova batalha**. Salvador: EDUNEB, 2017.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos**: cartas para o Barão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PIEIDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia, 1897-1901**. Salvador: Portfolium Editora, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.